







Manual de
Direito
do
Trabalho





FICHA TÉCNICA:

Título: Manual de Direito do Trabalho

Autores: Bernardo da Gama Lobo Xavier
P. Furtado Martins
A. Nunes de Carvalho
Joana Vasconcelos

Editor: Letras e Conceitos Lda.
geral.letraseconceitos@gmail.com

Março 2020

Paginação: Letras e Conceitos Lda.

Impressão e acabamento: Letras e Conceitos Lda.

ISBN: 978-989-565-013-2

Depósito Legal: 000-000/20

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização do autor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.





Manual de **Direito** do **Trabalho**

BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER

Com a colaboração de:

P. Furtado Martins | A. Nunes de Carvalho
Joana Vasconcelos

4.^a Edição

Revista e Actualizada







NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este *Manual* vem na linha das sucessivas edições da *Iniciação ao Direito do Trabalho*, livro sem preocupações de erudição, essencialmente destinado ao ensino, ainda nos domínios do anterior Código do Trabalho de 2003. O *Manual* que aqui apresentamos, para além da necessária adaptação ao Código do Trabalho de 2009, mantém um registo de simplificação e condensação, mas – sendo mais ambicioso – introduz alguns outros temas de modo a dar uma panorâmica completa das questões do trabalho e outras que lhe estão conexas. Pensamos que seria importante deixar algumas questões essenciais tratadas desenvolvidamente (por exemplo, qualificação do contrato como de trabalho, categoria dos trabalhadores, retribuição, justa causa de despedimento, aplicação das normas do Direito do trabalho), com maior profundidade de que a corrente na manualística. Move-nos a esperança de que, pelo menos, nesses e noutros capítulos, este *Manual* possa servir não só os estudantes, mas também a comunidade dos juristas entre nós votados ao Direito do trabalho.

Trata-se de um texto saído da equipa docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), sendo um trabalho colectivo em que é muito difícil dar a cada um o que é seu. Analogamente à *Iniciação*, muitos dos textos correspondem a adaptações e simplificações do que vínhamos leccionando na Universidade Católica, e que faziam parte de livros como o *Curso de Direito do Trabalho* e ainda de outras obras. As adaptações são essencialmente da responsabilidade dos Drs. Furtado Martins, na parte do contrato de trabalho, e Nunes de Carvalho, na matéria de fontes e da relação colectiva de trabalho, mas ainda com intervenção importante em tópicos como os do tempo do trabalho e da categoria do





trabalhador. Devem-se também a estes autores de colaboração principal não poucas contribuições originais, principalmente a partir do Capítulo IX. Registem-se ainda os contributos das Dr.^{as} Joana Vasconcelos e Tatiana Guerra de Almeida, basicamente nos Capítulos VII e VIII, e ainda em outros pontos do texto.

Lisboa, Janeiro de 2011

Bernardo da Gama Lobo Xavier

Nota da 2.^a edição

Já esgotada a primeira, a presente segunda edição destina-se antes de mais à actualização necessária pela legislação que se tem publicado, tomando em conta as revisões do Código do Trabalho operadas por vários diplomas e seu controlo pelo Tribunal Constitucional. Aproveitou-se a oportunidade para corrigir alguns lapsos e completar indicações bibliográficas, ainda que neste último aspecto as vicissitudes da impressão não tivessem possibilitado desempenho completo.

Não se oferece apenas uma actualização e revisão.

Fizeram-se alguns desenvolvimentos de monta na teorização do contrato de trabalho como *relational contract*, ou, melhor, como contrato de relacionamento (n.^{os} 9.2.1. e 9.2.7.); em matéria de forma e eficácia da comunicação e notificação dos actos (n.^o 12.7.1.), principalmente no que se refere às informações, decisões e outros comportamentos declarativos do empregador; e, ainda, quanto às consequências jurídicas das irregularidades procedimentais (n.^o 12.5.). As teorizações gerais das fontes (n.^{os} 8 e ss.) e da sua aplicação (n.^o 25.1.) foram também revistas em profundidade e ampliadas. Igualmente foi significativamente alterado o texto relativo à retribuição (n.^{os} 11.5. a 11.8.), com colaboração da Prof.^a Joana Vasconcelos.

Lisboa, Janeiro de 2014





Nota da 3.^a edição

A presente edição contém alterações indispensáveis para dar conta das modificações legislativas e da produção da doutrina e jurisprudência mais inovadora dos últimos quatro anos, ficando o presente volume actualizado até 1 de Março de 2018. Procederam-se a alterações de redacção que visam a correcção, clarificação e melhor entendimento do texto. Deixam-se ainda alguns desenvolvimentos que se consideraram mais úteis.

Lisboa, Março de 2018

Nota da 4.^a edição

Esta quarta edição destina-se sobretudo a actualizar a obra de acordo com as modificações legislativas de Agosto de 2019 ao CT e, ainda, com a revisão do Código de Processo de Trabalho. De qualquer modo, foram ainda reescritas algumas secções do texto. Nesta versão não foi possível, infelizmente, contar com o contributo de Tatiana de Almeida, fazendo a equipa votos para que, de futuro, ela possa continuar a estar connosco.

Lisboa, Março de 2020







ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	7
ABREVIATURAS	29
NOTA BIBLIOGRÁFICA	33

I. INTRODUÇÃO

I.1. Noção de Direito do trabalho	41
I.1.1. Definição de Direito do trabalho	41
I.1.2. Trabalho objecto do Direito do trabalho.....	41
I.1.3. Modernidade do Direito do trabalho	46
I.1.4. Direito individual (relação individual de trabalho) e direito colectivo (relação colectiva de trabalho)	48
I.2. Evolução histórica.....	50
I.2.1. Evolução geral	50
I.2.2. Direito do trabalho em Portugal	52
I.3. Direito do trabalho como ramo da ciência jurídica.....	60
I.3.1. Importância do Direito do trabalho	60
I.3.2. Autonomia científica	62
I.3.3. Princípios dominantes e métodos específicos	63
I.3.4. Caracterização do Direito do trabalho	68
I.3.5. Âmbito do Direito do trabalho	71
I.3.6. Relações com os outros ramos do Direito.....	71





1.4. Direito do trabalho actual	73
1.4.1. Flexibilidade, desregulamentação e proceduralização	73
1.4.2. Acção dos grupos organizados.....	74
1.4.3. Concertação social.....	75
1.4.4. Outras tendências	78

II.

QUADROS INSTITUCIONAIS

2. EMPRESA	87
2.1. Concepções de empresa no Direito	87
2.1.1. Relevância da empresa.....	87
2.1.2. Acepções de empresa.....	88
2.1.3. Empresa para o Direito do trabalho	92
2.2. Empregador e empresa: poderes da entidade empregadora em relação à empresa	97
2.2.1. Liberdade de empresa	97
2.2.2. Poder de organização quanto ao pessoal da empresa.....	98
2.3. Trabalhadores e empresa. Organizações dos trabalhadores na empresa. Linhas gerais	100
3. SINDICATOS	109
3.1. Sindicalismo e Direito do trabalho	109
3.1.1. Noções gerais.....	109
3.1.2. Conceito de sindicato no Direito português	112
3.1.3. Princípio da liberdade sindical	116
3.1.4. Princípio da autonomia sindical.....	127
3.2. Actividade sindical em geral	130
3.2.1. Linhas gerais da actividade sindical	130





3.2.2. Actividade sindical na empresa	131
3.2.3. Reivindicação	137
3.3. Conflitos colectivos	140
3.3.1. Noção de conflito colectivo	140
3.3.2. Conflitos jurídicos e conflitos económicos.....	140
3.4. Meios pacíficos de solução dos conflitos colectivos	141
3.4.1. Negociação de convenções colectivas.....	141
3.4.2. Conciliação	148
3.4.3. Mediação	149
3.4.4. Arbitragem.....	149
3.4.5. Soluções jurisdicionais.....	151
3.4.6. Intervenção governamental.....	152
3.5. Lutas laborais. Greve	153
3.5.1. Greve: noções gerais.....	153
3.5.2. Processo de declaração da greve	157
3.5.3. Situação de greve	162
3.5.4. Efeitos da greve	163
3.5.5. Cessação da greve	170
3.5.6. Natureza jurídica da greve	172
3.5.7. Greve ilícita: problema da licitude das greves atípicas (greves impróprias e abusivas).....	173
3.5.8. Consequências da greve ilícita	179
3.5.9. Formas ilícitas de luta laboral	181
3.6. Organização sindical	183
3.6.1. Níveis de organização no plano nacional.....	183
3.6.2. Organização internacional.....	190
3.6.3. Constituição das associações sindicais	190
3.6.4. Denominação, personalidade, capacidade, atribuições e legitimidade das associações sindicais	192





3.6.5. Património	198
3.6.6. Órgãos das associações sindicais.....	199
3.6.7. Dirigentes sindicais	200
3.6.8. Protecção dos dirigentes sindicais.....	202
3.6.9. Associados	206
3.6.10. Extinção das associações sindicais.....	209
4. COMISSÕES DE TRABALHADORES	211
4.1. Institucionalização das comissões de trabalhadores.....	211
4.2. Regime das comissões de trabalhadores.....	212
4.2.1. Noção.....	212
4.2.2. Constituição.....	214
4.2.3. Composição e mandato	214
4.2.4. Poderes (funções)	214
4.2.5. Funcionamento.....	218
4.2.6. Protecção dos membros das comissões de trabalhadores	219
4.2.7. Conselhos de empresa europeus.....	219
5. ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES	221
5.1. Noções gerais e atribuições	221
5.2. Níveis e organização	222

III.

FONTES DE DIREITO DO TRABALHO

6. FONTES COMUNS	227
6.1. Fontes comuns externas	229
6.1.1. Convenções internacionais. As convenções da OIT.....	229
6.1.2. Direito comunitário	230





6.2. Fontes comuns internas	232
6.2.1. Constituição	232
6.2.2. Leis da Assembleia da República e Decretos-Lei do Governo	236
6.2.3. Outras normas	240
6.2.4. Participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho.....	240
6.2.5. Outras fontes.....	241
7. FONTES PRÓPRIAS – INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO E USOS LABORAIS	245
7.1. Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	246
7.1.1. Convenções colectivas.....	247
7.1.1.1. Noção.....	247
7.1.1.2. Tipos e sujeitos de convenção colectiva	248
7.1.1.3. Conteúdo das convenções colectivas.....	250
7.1.1.4. Celebração, depósito e publicação das convenções colectivas	253
7.1.1.5. Aplicação das convenções colectivas – âmbito pessoal	253
7.1.1.6. Aplicação das convenções colectivas – âmbito territorial	258
7.1.1.7. Aplicação das convenções colectivas – âmbito temporal (vigência, cessação, sobrevigência)	258
7.1.1.8. Aplicação das convenções colectivas – suspensão	264
7.1.1.9. Aplicação das convenções colectivas – suspensão de eficácia na empresa	265
7.1.1.10. Força vinculativa.....	268
7.1.1.11. Natureza jurídica.....	272
7.1.2. Acordos de adesão.....	273
7.1.3. Decisões de arbitragem (voluntária, obrigatória e necessária).....	274
7.1.4. Portarias de extensão	275
7.1.5. Portarias de condições de trabalho.....	278





7.1.6. Relevância dos instrumentos de regulamentação colectiva	280
7.2. Usos laborais	282
8. SENTIDO DAS NORMAS DE DIREITO DO TRABALHO	291
8.1. Indicação da sequência	291
8.2. Princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador	292
8.3. Interpretação	298
8.4. Integração	301

IV.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (ESTÁTICA)

9. NOÇÕES GERAIS	305
9.1. Noção. Análise da definição legal de contrato de trabalho	305
9.1.1. Contrato	306
9.1.2. Prestação de actividade	307
9.1.3. Subordinação jurídica	308
9.1.4. Retribuição	314
9.2. Outras características do contrato de trabalho	315
9.2.1. Contratualidade (desenvolvimento)	315
9.2.2. Onerosidade e comutatividade	320
9.2.3. Complexidade de conteúdo	320
9.2.4. Durabilidade	321
9.2.5. Carácter colaborativo	323
9.2.6. Carácter fiduciário	324
9.2.7. Outros aspectos. Contrato de trabalho e teoria dos <i>relational contracts</i> . Contrato de trabalho como contrato de relacionamento	326
9.2.8. Comercialidade do contrato de trabalho	333
9.3. Contrato de trabalho e figuras próximas	335



9.3.1. Contrato de trabalho e contrato de sociedade	337
9.3.2. Contrato de trabalho e contrato de mandato	338
9.3.3. Contrato de trabalho e contrato de agência	339
9.3.4. Contrato de trabalho e contrato de empreitada	340
9.3.5. Contrato de trabalho e regime de trabalho a partir de plataformas de serviços	341
9.3.6. Contrato de trabalho e regime dos cuidadores informais	342
9.4. Contratos equiparados	342
9.5. Trabalho autónomo e trabalho subordinado.	
Casos duvidosos e fraude. A presunção de laboralidade do art. 12.º	
Crítério do contrato de trabalho	345
9.5.1. Distinção entre trabalho autónomo e subordinado. Zonas cinzentas ...	345
9.5.2. Problemas de qualificação e a vontade das partes. Métodos de qualificação	348
9.5.3. Presunção de laboralidade (art. 12.º)	360
9.5.4. Critério para a qualificação do contrato de trabalho	371
9.5.5. Protecção da qualificação do contrato de trabalho. Punição da fraude	374
9.5.6. Crise do conceito de subordinação	375
9.6. Contratos de trabalho em regime especial	378
9.6.1. Considerações gerais. «Modalidades» do contrato de trabalho	378
9.6.2. Contratos de trabalho especiais	383
9.6.2.1. Regime geral e indicação de alguns tipos	383
9.6.2.2. Contrato de trabalho dos profissionais de espectáculo	388
9.6.2.3. Contrato de serviço doméstico	390
9.6.2.4. Contratos de trabalho com desportistas profissionais	392
9.6.3. Adaptação dos regimes laborais	394
9.6.4. Trabalho atípico	394
9.6.4.1. Teletrabalho	395
9.6.4.2. Outras situações	397
9.6.5. Formas de actividade análogas	398





10. SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	401
10.1. Empregador (entidade empregadora); a empresa	401
10.1.1. Noção de empregador (entidade empregadora)	401
10.1.2. Empregador, patrão e empresa; chefe de empresa e empresário	401
10.1.3. Grupos de empresas. Pluralidade de empregadores	405
10.1.3.1. Grupos de empresas	405
10.1.3.2. Contrato com pluralidade de empregadores	408
10.1.3.3. Trabalho simultâneo para um grupo informal de empregadores	410
10.1.3.4. Cedência ocasional	410
10.1.3.5. Situações de fornecimento de mão-de-obra ou de «trabalho temporário»	412
10.1.4. Diversos tipos de entidades empregadoras	410
10.2. Trabalhador	421
10.2.1. Noção	421
10.2.2. Espécies	422
10.2.3. Qualificações subjectivas do trabalhador: a) antiguidade; b) categoria	424
11. CONTEÚDO DO CONTRATO DE TRABALHO	437
11.1. Posição do empregador. Poderes do empregador	437
11.1.1. Poder directivo	439
11.1.2. Poder disciplinar	449
11.1.3. Poder regulamentar	459
11.2. Posição do trabalhador	463
11.2.1. Direitos, deveres e garantias	463
11.2.1.1. Direitos, deveres e garantias dos trabalhadores previstos no código	463
11.2.1.2. Direitos pessoais fundamentais dos trabalhadores especialmente relevantes	466





II.2.1.3. Direito à escolha de profissão e ao desenvolvimento profissional. Direito à avaliação do desempenho. A ocupação efectiva.....	475
II.2.2. Protecção da categoria do trabalhador	477
II.2.3. Modificações da categoria	483
II.2.4. Comissão de serviço.....	487
II.2.5. Invenções e criações literárias, científicas e artísticas do trabalhador.....	489
II.2.6. Responsabilidade do empregador pelos actos dos trabalhadores na empresa	493
II.3. Local de trabalho	499
II.3.1. Fixação do local do trabalho.....	499
II.3.2. Garantia de inamovibilidade.....	501
II.3.3 Poder directivo e o local do trabalho	502
II.3.4. Possibilidades de transferência unilateral	506
II.3.5. Transferências previstas no contrato.....	511
II.3.6. Curtas deslocações e transferências temporárias.....	513
II.3.7. Despesas impostas pela transferência	514
II.4. Tempo de trabalho (Duração e organização).....	516
II.4.1. Questões gerais	516
II.4.2. Período normal de trabalho.....	520
II.4.3. Período de funcionamento	527
II.4.4. Horário de trabalho	529
II.4.5. Trabalho por turnos.....	534
II.4.6. Trabalho nocturno.....	535
II.4.7. Trabalho suplementar	537
II.4.8. Adaptabilidade da duração de trabalho. Banco de horas.....	540
II.4.9. Trabalho a tempo parcial.....	544
II.4.10. Trabalho intermitente.....	548
II.5. Retribuição: noções gerais	550
II.5.1. Preliminares	550





II.5.2. Políticas de fixação das retribuições e seus condicionamentos jurídicos: os salários mínimos	554
II.5.3. Retribuição em sentido técnico-jurídico.....	565
II.5.4. Modalidades e estrutura.....	570
II.5.5. Determinação e cálculo da retribuição. Retribuição em concreto e retribuição modular.....	588
II.5.6. Determinação judicial da retribuição.....	593
II.6. Retribuição: cumprimento (pagamento)	594
II.6.1. Formas de cumprimento	594
II.6.2. Lugar do cumprimento	594
II.6.3. Tempo do cumprimento	595
II.6.4. Cumprimento por defeito ou em excesso.....	596
II.7. Retribuição: tutela	596
II.7.1. Não discriminação e o princípio da igualdade	597
II.7.2. Irredutibilidade da retribuição	599
II.7.3. Conservação da retribuição mesmo sem trabalho efectivo	604
II.7.4. Limitações às formas de extinção da obrigação de retribuição	605
II.7.4.1. (Im)possibilidade de renúncia.....	605
II.7.4.2. Limitações à cessão	606
II.7.4.3. Insusceptibilidade de compensação	606
II.7.5. (Im)penhorabilidade.....	607
II.7.6. Meios de tutela relativos ao não cumprimento da obrigação de retribuição.....	608
II.7.7. Sistema de garantia salarial.....	610
II.7.8. Documento a entregar ao trabalhador e recibo	612
II.7.9. Prescrição	613
II.8. Outras vantagens e condições de trabalho	617



V.
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (DINÂMICA)

12. CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	623
12.1. Preliminares. Liberdade de trabalho e direito ao trabalho. Pacto de permanência e de não concorrência. Recrutamento e estatuto do candidato ao emprego	623
12.1.1. Liberdade de trabalho e direito ao trabalho	623
12.1.2. Pactos de permanência e de não concorrência.....	626
12.1.3. Recrutamento. Estatuto do candidato a emprego	628
12.2. Formação do contrato de trabalho: elementos essenciais.....	632
12.2.1. Personalidade jurídica	632
12.2.2. Capacidade jurídica. Legitimidade. Idoneidade profissional.....	632
12.2.3. Consentimento.....	634
12.2.4. Elementos objectivos	637
12.3. Formação do contrato de trabalho: Elementos acidentais.....	639
12.3.1. Condição	639
12.3.2. Termo	639
12.4. Contrato-promessa	640
12.5. Forma.....	641
12.7. Período experimental.....	643
12.7. Eficácia dos actos e validade do contrato de trabalho.....	647
12.7.1. Eficácia dos actos. A comunicação dos actos na empresa.....	647
12.7.2. Invalidez do contrato de trabalho.....	648
13. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	655
13.1. Descansos diários, pausas, descansos semanais e feriados.....	655
13.1.1. Introdução.....	655





13.1.2. Intervalos e descansos diários	655
13.1.3. Descanso semanal.....	656
13.1.4. Feriados.....	657
13.2. Férias.....	660
13.2.1. Fundamento do direito a férias	660
13.2.2. Duração.....	660
13.2.3. Período de referência e data de vencimento	663
13.2.4. Retribuição durante as férias	667
13.2.5. Gozo do direito a férias.....	671
13.2.6. Tutela do direito a férias	674
13.3. Faltas, dispensas e licenças.....	676
13.3.1. Noção.....	676
13.3.2. Modalidades	678
13.3.2.1. Faltas justificadas	679
13.3.2.2. Faltas injustificadas	681
13.3.3. Outras ausências (licenças).....	683
13.4. Suspensão.....	685
13.4.1. Questões gerais relativas à suspensão	685
13.4.2. Suspensão por impedimento prolongado do trabalhador. Âmbito e regime	687
13.4.3. Suspensão por motivo da entidade empregadora: o <i>lay-off</i>	689
13.4.3.1. Questões gerais	689
13.4.3.2. Situações de crise empresarial (<i>lay-off</i>)	691
13.5. Modificação do contrato de trabalho	695

VI.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (EXTINÇÃO)

14. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (GENERALIDADES)	705
---	-----





14.1. Problemas da extinção do contrato de trabalho:	
interesses subjacentes	705
14.2. Evolução legislativa	708
14.3. Princípio constitucional da garantia de segurança no emprego	714
14.4. Formas de extinção do contrato de trabalho	717
14.5. Regime da extinção nas convenções colectivas de trabalho	719
15. CADUCIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO	721
15.1. Caducidade do contrato de trabalho em geral	721
15.1.1. Noção e linhas gerais do instituto.....	721
15.1.2. Impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva.....	722
15.1.3. Situações relacionadas com a empresa de que não decorre a caducidade (insolvência e transmissão da empresa).....	726
15.1.3.1. Insolvência do empregador.....	726
15.1.3.2. Transmissão do estabelecimento	728
15.1.4. Reforma do trabalhador	733
15.2. Caducidade (cont.): Caso especial dos contratos a termo (ou a prazo)	735
15.2.1. Noção e relevância prática dos contratos a termo	735
15.2.2. Efeitos	737
15.2.3. Requisitos	737
15.2.4. Espécies e regime dos contratos de trabalho a termo	740
15.2.5. Tutela do trabalhador	745
15.2.6. Ruptura do contrato antes do termo estabelecido	749
16. REVOGAÇÃO	755
16.1. Noção e regime	755
16.2. Revogação e reforma antecipada	762
16.3. Revogação com efeitos práticos obtidos pela suspensão consensual. Pré-reforma	763





17. DESPEDIMENTO.....	767
17.1. Questões gerais	767
17.1.1. Introdução	767
17.1.2. Espécies de despedimento	770
17.1.3. Despedimento e garantia da segurança no emprego.....	771
17.2. Despedimento do empregador imediato com justa causa «subjectiva». Conceito de justa causa.....	774
17.2.1. Conceito legal de justa causa: art. 351.º, 1, do Código do trabalho.....	775
17.2.2. Justa causa como «cláusula geral» ou «conceito indeterminado»	777
17.2.3. Critério operacional para a averiguação da justa causa	779
17.2.4. Exemplificação legal de situações de justa causa.....	780
17.2.5. Apreciação da justa causa pelos tribunais	782
17.3. (Continuação): procedimento de despedimento com justa causa.....	784
17.3.1. Princípios gerais. Fases	784
17.3.2. Iniciativa e instrução do processo. Nota de culpa.....	785
17.3.3. Defesa do trabalhador e instrução complementar.....	790
17.3.4. Decisão.....	794
17.3.5. Suspensão preventiva do despedimento.....	797
17.3.6. Ilícitude do despedimento, nulidades e irregularidades do procedimento	799
17.3.7. Procedimento em casos especiais.....	802
17.4. (Continuação): improcedência da justa causa	803
17.5. Despedimento do empregador com justa causa «objectiva»: extinção do posto de trabalho.....	805
17.5.1. Noções gerais.....	805
17.5.2. Requisitos da cessação.....	807
17.5.3. Selecção	809
17.5.4. Procedimento de despedimento.....	814



17.5.5. Impugnação e suspensão do despedimento.....	817
17.5.6. Tutela do trabalhador despedido.....	820
17.6. Despedimento do empregador por inadaptação do trabalhador ao posto de trabalho	831
17.6.1. Noções gerais	831
17.6.2. Procedimento de despedimento	835
17.6.3. Impugnação e suspensão preventiva do despedimento.....	837
17.6.4. Tutela do trabalhador despedido	838
17.7. Despedimento dos trabalhadores contratados em regime de comissão de serviço	839
17.8. Despedimento colectivo	840
17.8.1. Noção	840
17.8.2. Procedimento de despedimento colectivo	842
17.8.3. Impugnação e suspensão do despedimento colectivo	847
17.8.4. Tutela do trabalhador despedido (remissão).....	849
17.9. Despedimento do empregador contrário à lei.....	851
17.9.1. Consequências do despedimento contrário à lei	851
17.9.2. Consequências do despedimento ilícito	853
17.9.3. Situações que dão lugar à aplicação das consequências do despedimento ilícito. Despedimento “de facto”	861
17.9.4. Despedimento irregular	865
17.9.5. Impugnação	866
17.10. Resolução e denúncia pelo trabalhador. O abandono do trabalho.	869
18. ASPECTOS ESPECIAIS DA EXTINÇÃO	875

VII. SITUAÇÕES ESPECIAIS

19. TRABALHADORES EM SITUAÇÕES FAMILIARES.....	881
---	------------





19.1. Responsabilidades familiares	881
19.2. Trabalhadora grávida, puérpera ou lactante.....	891
19.3. Outros aspectos. Efeitos da violência doméstica na relação de trabalho....	895
20. TRABALHADORES MULHERES. DESENVOLVIMENTO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	897
21. TRABALHADORES E SITUAÇÕES DE IDADE	901
21.1. Trabalhadores idosos.....	902
21.2. Trabalhadores jovens	903
22. TRABALHADORES-ESTUDANTES.....	909
23. TRABALHADORES ESTRANGEIROS E EM DESTACAMENTO.....	913
24. TRABALHADOR COM CAPACIDADE DE TRABALHO REDUZIDA, COM DEFICIÊNCIA, DOENÇA CRÓNICA OU DOENÇA ONCOLÓGICA.....	921

VIII.

APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

25. APLICAÇÃO DAS NORMAS. TUTELA DE DIREITOS SUBJECTIVOS DO TRABALHADOR. TUTELA PENAL E ÓRGÃOS JUDICIAIS.....	927
25.1. Aplicação, concorrência e selecção de normas e o principio do tratamento mais favorável para o trabalhador	929
25.1.1. Questões gerais. O tratamento mais favorável	929
25.1.2. Concorrência e selecção de normas	934
25.1.3. Hierarquia das normas	934





25.1.4. Aplicação das normas no tempo.....	948
25.1.5. Aplicação das normas no espaço.....	958
25.2. A tutela de direitos. Direitos indisponíveis, irrenunciáveis e inderrogáveis. Aceitação. Caducidade de direitos. Prescrição. Limitação na prova.....	961
25.2.1. Questões gerais. Tutela das posições subjectivas.....	961
25.2.2. Derrogabilidade, disponibilidade e renunciabilidade de direitos	962
25.2.3. Aceitação e convalidação de actos eventualmente lesivos (perda do direito à impugnação)	966
25.2.4. Caducidade de direitos	967
25.2.5. Prescrição	968
25.2.6. Limitações na prova	972
25.3. Tutela penal. Direito penal do trabalho	973
25.4. Tribunais do trabalho e processo do trabalho	979

IX.

PROTECÇÃO SOCIAL

26. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	993
27. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	995
28. PROTECÇÃO NOS ACIDENTES DE TRABALHO	999
28.1. Noções gerais	999
28.2. Responsabilização da entidade empregadora.....	1001
28.3. Noção de acidente de trabalho.....	1001
28.4. Regime legal.....	1003
28.5. Imperatividade do regime legal	1004





29. SEGURANÇA SOCIAL	1007
29.1. Sistema de segurança social.....	1008
29.2. Regimes complementares.....	1020
29.3. Os pilares da segurança social.....	1023
30. PROMOÇÃO DO EMPREGO	1025
31. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1031

X.
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
E ORGANIZAÇÃO ESTADUAL

32. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	1037
32.1. As instituições internacionais.....	1037
32.2. Organização internacional do trabalho (OIT).....	1039
32.3. Comunidade europeia (União Europeia).....	1042
33. ORGANIZAÇÃO ESTADUAL	1047
33.1. Ministério que tutela a área laboral (Ministério do trabalho)	1047
33.2. Autoridade para as condições de trabalho (ex- Inspeção-geral do trabalho)	1048
33.3. Organização judicial - Tribunais do trabalho (remissão).....	1050